

As perspectivas para a renegociação da dívida

MARIA CECÍLIA TEIXEIRA

Os credores internacionais do Brasil aguardam, com certa dose de ansiedade, o reinício das negociações para o reescalonamento da dívida externa. Consideram positivos os alicerces já estabelecidos junto ao governo anterior, cujo escopo — acreditam — não deverá sofrer grandes alterações. De modo geral, os banqueiros estrangeiros mostram-se preocupados com a retomada da renegociação, em face da enfermidade do presidente Tancredo Neves; com a aprovação pelo Fundo Monetário Internacional da 7ª Carta de Intenções (alguns defendem sua reestruturação, em bases mais realísticas); com a adoção de medidas que favoreçam as exportações e evitem um novo colapso cambial.

Francis Deakin, representante no Brasil do The Royal Bank of Canada — que ocupa a primeira posição no ranking daquele país —, chama a atenção para o pronunciamento do diretor da área externa do Banco Central, Sérgio de Freitas, durante a reunião do Bird em Viena e interpreta suas palavras ("Dinheiro se paga com dinheiro") como sinal evidente de que o novo governo pretende honrar os compromissos assumidos anteriormente. "A dívida será renegociada", enfatiza Deakin. A seu ver, não há quaisquer indícios de mudanças quanto ao novo pacote a ser negociado. Banqueiros norte-americanos manifestam a crença de que nem o chanceler Olavo Setúbal nem o ministro Francisco Dornelles têm intenção de alterar o acordo plurianual. "Podem, no máximo, tentar melhorar algumas condições do pacote, mas respeitando as bases já estabelecidas", afirmam.

CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS

Os banqueiros não são favoráveis à tese de incluir a capitalização dos juros — ou de parte deles — na próxima renegociação. Consideram uma prática inusitada, sem precedentes na história. De acordo com Francis Deakin, os credores são bancos privados e, como tal, têm de repassar os custos do dinheiro

para os tomadores. "Os juros compõem o custo do dinheiro e isso tem que ser repassado na outra ponta", sublinha. Em seu entender, a capitalização dos juros teria de incluir um entendimento de governo a governo, "já que as instituições privadas não poderiam arcar sozinhas com esse ônus". Em sua opinião, o único item passível de negociação junto aos bancos seria o **spread** (margem de ganho).

Um banqueiro japonês lembra que as instituições nipônicas têm margem de manobra ainda mais limitada, já que a autoridade monetária daquele país exige que seus bancos possuam reservas da ordem de 5% sobre o saldo de seus empréstimos externos, "o que onera muito os custos". Por outro lado, apesar de o **spread** não ter sido definido ainda, as perspectivas dos banqueiros são de que se situe no mesmo patamar do México (1 1/8), "substancialmente inferior ao obtido pelo Brasil em 1984" — 2% **over-Libor** e 1 3/4 acima do **prime rate**.

PRESSÃO CAMBIAL

Os banqueiros estrangeiros mostram-se otimistas quanto à recuperação de nossas exportações e atribuem seu atual declínio a problemas sazonais. "Tradicionalmente, os dois primeiros meses do ano não incluem uma economia muito ativa no Brasil e em março — quando geralmente ocorre o reinício das atividades — sobreveio a doença do presidente, que inclusive acarretou a falta de definição em algumas áreas do governo", afirma Deakin. Os americanos consideram cedo para projeções sobre o quadro das exportações, "além do que janeiro e fevereiro não são representativos do ano todo". Destacam, como fundamental, o controle da inflação, para mantermos a competitividade no mercado externo.

Apesar de encerrar com seriedade a possibilidade de que a redução das exportações seja capaz de levar o País a nova crise cambial, as fontes mostram-se otimistas: "Apesar de o mercado internacional não estar tão bom quanto em 1984, ainda assim é favorável à colocação dos produtos brasileiros".